

Continuidades e rupturas na economia brasileira

Carlos Eduardo
Carvalho *

As possíveis opções de política econômica do governo a ser eleito em 2002 vêm ocupando espaço crescente no debate sucessório e também nas avaliações sobre o quadro conjuntural da economia brasileira e suas perspectivas. O ministro Pedro Malan tem acusado continuamente a oposição de esquerda de ser irresponsável, sob o argumento de que as linhas atuais da política econômica seriam as únicas possíveis e deveriam ser assumidas pelo novo governo eleito. Semanas atrás, o economista Edmar Bacha ampliou os ataques à oposição.

As declarações agressivas de Malan e Bacha pela "continuidade" fazem parte do jogo para acuar a oposição

Para ele, a maior ameaça ao quadro econômico brasileiro é o "primitismo econômico do PT", que o distinguia negativamente dos partidos de esquerda do Chile e da Argentina, os quais teriam "compreendido" a conveniência e a necessidade de manter as políticas econômicas vigentes ao assumir o governo. É importante indagar a que continuidade se referem os dois economistas tucanos.

O exemplo da transição chilena é ilustrativo. O primeiro governo democrático promoveu de imediato a

reforma tributária de 1990, centrada no aumento de impostos para financiar o gasto social. Rompeu-se ali a orientação anterior de reduzir a tributação para estimular o gasto e a poupança dos indivíduos, típica da "economia de oferta" liberal. Não faltaram advertências da direita contra os riscos de queda dos investimentos pela tendência de "estatização da poupança", que a nova política tributária estaria consagrando. O resultado econômico foi o oposto, como se sabe, com anos de crescimento acelerado.

Ainda assim, é verdade que houve mais continuidade que rupturas na política econômica chilena naquele momento. Contudo, e aqui reside uma diferença crucial em relação ao quadro brasileiro, a opção do novo governo chileno baseou-se nos bons fundamentos do quadro econômico. A posição fiscal era sólida, graças em boa medida às elevadas receitas da empresa estatal do cobre, a Codelco, herança do governo Allende salva da sanha privatizante dos liberais na ditadura de Pinochet.

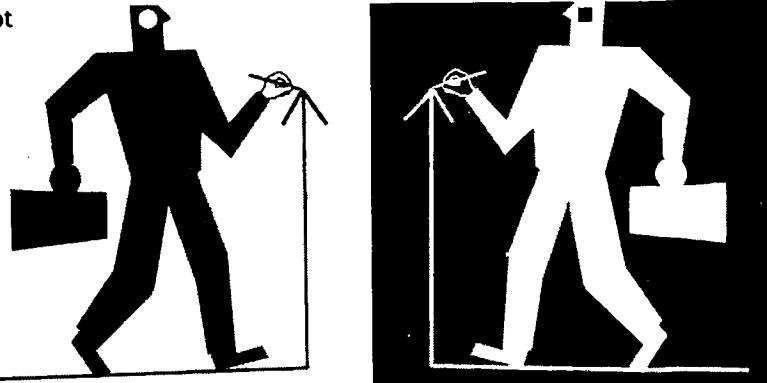
Além disso, em 1983-84 houve clara ruptura com as políticas de liberalização financeira, abertura indiscriminada e valorização do câmbio, res-

ponsáveis pela crise catastrófica de 1980-81. Desde então, a política econômica chilena privilegiou a estabilidade da taxa de câmbio real e o controle das contas externas, com a meta de impedir o aumento dos déficits de transações correntes. Estas considerações deram a base para as políticas de forte desestímulo ao ingresso de capital externo de curto prazo e contribuíram bastante para o avanço das exportações e para a solidez fiscal dos anos seguintes. Foram orientações opostas ao que se praticou no Plano Real e no período Menem-Cavallo.

No caso da Argentina, é no mínimo curioso ver a tragédia citada como exemplo. É cada vez mais evidente que o governo De La Rúa deveria ter desvalorizado o câmbio logo depois da posse, quando o país tinha reservas externas para bancar os custos de uma decisão tão complexa. É também evidente que o Brasil deveria ter feito o mesmo, em 1996, 1997 ou mesmo no início de 1998. Teria custado muito menos.

A situação atual da Argentina sugere que será impossível manter a conversibilidade sem rupturas de contratos. O governo De La Rúa optou por não romper contratos financeiros, alegando que não pode haver "rupturas". Para viabilizar este compromisso, passou a romper contratos salariais e previdenciários com trabalhadores e aposentados. Pelo visto,

ot



para Cavallo, Malan e Bacha, nestes casos as rupturas não são rupturas.

O quadro brasileiro é menos drástico que o argentino, por certo, mas é evidente que haverá mudanças importantes na política econômica, seja quem for o novo presidente. Na área fiscal, apesar de a carga tributária ter subido de 25% do PIB para 32% do PIB, a dívida líquida do setor público saltou de 29,2% do PIB para 42,6% do PIB, no primeiro mandato de FHC, e para 49,5% do PIB, em 2000. O governo prometeu ao FMI um superávit fiscal primário de 3,5% do PIB este ano, mas ainda assim a dívida pública vai a 54% do PIB em dezembro. O ritmo é insustentável e terá que ser revertido.

A redução dos juros ajudaria muito, mas as dificuldades para fazê-lo são grandes: o déficit do balanço de

veis. Podem ocorrer, aliás, ainda no atual governo, sob o comando dos mesmos que defenderam a manutenção do câmbio valorizado em 1997-98 e permaneceram nos seus cargos, apesar do desastre cambial e fiscal que ajudaram a promover.

Bacha e Malan sabem de tudo isso, com certeza. As declarações enfáticas e agressivas pela "continuidade" fazem parte do jogo político. Trata-se de acuar a oposição e reforçar na opinião pública o medo de quaisquer mudanças que não sejam as que eles mesmos decidam fazer. Trata-se de garantir que as medidas tenham direção determinada: se for preciso aumentar o arrocho fiscal, que seja sobre os trabalhadores, os aposentados e o setor produtivo, bem como de altas remessas de lucros, decorrentes da entrada de capital externo e das privatizações. Em paralelo, continua como simples promessa a aposta do governo de que a abertura externa e a privatização conduziriam ao aumento sustentado das exportações e à geração de resultados comerciais capazes de compensar as saídas de recursos.

Esta é a continuidade que os tucanos querem preservar, quaisquer que sejam as mudanças de rumo que a política econômica tenha que sofrer. É a mesma cantilena que lançou De La Rúa na busca da continuidade impossível e afundou a Argentina em uma agonia lenta e interminável, que compromete o futuro do país e infelicitá a maioria do seu povo. ■